

Déficit fecha 1999 em 10,59% do PIB

Valor está em queda, mas é maior que o saldo negativo de 8,06%, registrado no ano anterior

Dívida Pública

Enio Vieira
de Brasília

O déficit fiscal do setor público atingiu 10,59% do Produto Interno Bruto (PIB) de janeiro a novembro do ano passado. São R\$ 105,339 bilhões que o governo teve de bancar com o aumento da dívida pública. Foi uma redução em relação a outubro, quando a relação era de 11,51%. Mas, apesar da sinalização de queda, o resultado mostra o efeito da desvalorização do real sobre as contas públicas em 1999, uma vez que o ano anterior encerrou com saldo negativo de 8,06%, considerado um nível muito elevado.

O êxito nas contas públicas de 1999 continua sendo o superávit primário que inclui receitas e despesas, sem gastos financeiros com juros da dívida pública. O setor público como um todo chegou a R\$ 32,774 bilhões no conceito primário — R\$ 5 bilhões acima do que está previsto no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A relação com o PIB (calculado em R\$ 994,735 bilhões pelo Banco Central) foi de 3,57% em novembro.

Só o governo central (federal, Banco Central, INSS e estatais) obteve R\$ 29,307 bilhões positivos. Mas, segundo Altamir Lopes, chefe do Departamento Econômico do BC, será registrado um déficit primário em dezembro. Ele lembrou que o último mês do ano sempre traz aumento no gasto consolidado do setor público. Mas fontes ligadas ao governo esperam uma explosão nos gastos de estados e municípios feitos no final do ano passado.

Pelos números do BC, os governos estaduais tiveram no déficit nominal (que engloba juros) um salto de R\$ 1,789 bilhões em outubro passado para R\$ 2,653 bilhões em novembro. O setor público terminou o mês com um superávit primário global de R\$ 758 bilhões. O pico dos saldos positivos provocados pelo ajuste fiscal ocorreu em setembro, com R\$ 5,402 bilhões.

O que pesou no déficit nominal maior em 1999 foram os altos gastos financeiros. Trata-se do efeito das taxas de juros que foram mantidas em 1999 para segurar a inflação depois da desvalorização que atingiu níveis de 50% em certos períodos do ano (acima de R\$ 2,00 por dólar). A despesa corrente no conceito nominal passou de R\$ 72,596 bilhões, em 1998, para R\$ 125,988 bilhões de janeiro a novembro últimos. Os números são atenuados porque a conta é feita no conceito corrente (valor do desembolso na data do gasto).

Se for aplicado o IGP-DI na correção para preços de hoje, essa comparação é de R\$ 73,051 bilhões, em 1998, e R\$ 140,833 bilhões, em 1999. Vale lembrar que a arrecadação de impostos federais alcançou R\$ 142,557 bilhões no ano passado, sem a correção pela inflação, ou R\$ 154,315 bilhões com o ajuste pelo IGP-DI. Em suma: o governo apertou o resultado primário para reduzir ao máximo o grande gasto com os juros da política monetária.

Necessidades de financiamento do setor público

Com desvalorização cambial, em R\$ milhões

Discriminação	Correntes			Valorizados ^{1/}		
	1998*		1999*	1998*		1999*
	Jan-Nov	Ano	Jan-Nov	Jan-Nov	Ano	Jan-Nov
Nominal	7,85	8,05	10,11	7,85	8,08	10,59
Governo central	5,44	5,71	7,05	5,44	5,71	7,54
Governo federal e Banco Central do Brasil ^{2/}	5,39	5,49	7,37	5,39	5,49	7,84
Empresas estatais federais	0,05	0,22	-0,31	0,06	0,22	-0,30
Governos regionais	2,41	2,35	3,04	2,41	2,35	3,05
Governos estaduais	1,89	1,82	2,38	1,89	1,82	2,38
Governos municipais	0,22	0,22	0,33	0,22	0,22	0,33
Empresas estatais estaduais	0,25	0,25	0,29	0,25	0,25	0,29
Empresas estatais municipais	0,05	0,05	0,04	0,05	0,05	0,04
Juros nominais	7,94	8,07	13,68	7,94	8,07	14,16
Governo central	5,87	6,02	10,24	5,87	6,02	10,73
Governo federal e Banco Central do Brasil ^{2/}	5,90	6,05	9,96	5,90	6,05	10,45
Empresas estatais federais	0,03	-0,03	0,28	-0,03	-0,03	0,28
Governos regionais	2,07	2,05	3,42	2,07	2,05	3,43
Governos estaduais	1,45	1,41	2,62	1,45	1,41	2,62
Governos municipais	0,43	0,45	0,50	0,43	0,45	0,60
Empresas estatais estaduais	0,17	0,18	0,29	0,17	0,18	0,29
Empresas estatais municipais	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
Primário	-0,06	-0,01	-3,55	-0,08	-0,01	-3,67
Governo central	-0,42	-0,31	-3,18	-0,42	-0,31	3,19
Governo federal e Banco Central do Brasil	-1,19	-1,38	-3,44	-1,19	-1,36	-3,46
INSS	0,67	0,80	0,85	0,67	0,79	0,85
Empresas estatais federais	0,09	0,25	-0,58	0,09	0,25	0,58
Governos regionais	0,34	0,29	-0,38	0,34	0,30	-0,38
Governos estaduais	0,44	0,41	-0,24	0,44	0,41	0,23
Governos municipais	-0,21	-0,22	-0,16	-0,21	0,22	-0,17
Empresas estatais estaduais	0,08	0,07	0,00	0,08	0,07	-0,01
Empresas estatais municipais	0,03	0,04	0,02	0,03	0,04	0,02

Fonte: Banco Central 1/ Fluxos valorizados para o último mês do período com base no IGP-DI 2/ Inclui o INSS * Dados preliminares + Déficit - Superávit

As taxas de juros altos afetaram, como impacto imediato, o endividamento público. A dívida líquida do setor público alcançou R\$ 517,6 bilhões em novembro (ou 47,7% do PIB). Trata-se de um resultado melhor do que os R\$ 519,1 bilhões de outubro. O ponto mais alto da dívida pública foi em agosto, quando ela atingiu o nível de 50,1% do PIB.

Mas, além do empurrão do superávit primário, a relação dívida/PIB melhorou por conta da inflação.

Com o IGP-DI a quase 20% em 99, o PIB cresce com a atualização de valores e o resultado é um número mais baixo no coeficiente do volume de endividamento pelo produto interno. Mesmo que seja um cálculo contábil, é um dado essencial para o governo porque reduz o temor de um calote na dívida pública.

A dívida mobiliária federal (títulos públicos, o principal componente do endividamento do setor público, subiu 0,57% em dezembro em

comparação com o mês anterior. Esses papéis estão nas mãos do sistema financeiro. Os dados do BC apontam o estoque de R\$ 414,9 bilhões, ou 37,6% do PIB. Lopes salientou que a elevação se deveu a emissões líquidas de títulos públicos em R\$ 3,7 bilhões em dezembro.

Os títulos corrigidos pela variação do câmbio tiveram redução no volume total da dívida mobiliária do governo federal que estava fora do Banco Central em dezembro.